



COMÉRCIO EXTERIOR

Trump taxa aço em 25% e impacta Brasil

País é o segundo maior exportador do produto para os EUA. Governo Lula, porém, mantém cautela sobre a decisão do republicano

» RAPHAEL PATI

Vinte dias após o retorno de Donald Trump à Casa Branca, o governo dos Estados Unidos decretou uma medida que deve causar impactos diretos na balança comercial entre o país norte-americano e o Brasil. Ontem à noite, o presidente da maior economia do mundo instituiu tarifa de 25% sobre a importação de aço e de alumínio. O republicano já havia adiantado a decisão no fim de semana, o que causou apreensão entre as nações que seriam mais afetadas.

Horas antes de Trump assinar o decreto, a postura no governo brasileiro era de cautela. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros evitaram dar uma resposta direta ao republicano, sob a alegação de que não havia uma decisão oficial. Até o fechamento desta edição, o Palácio do Planalto não tinha se manifestado a respeito da sobretaxa.

Ontem à tarde, após participar de um evento promovido por uma empresa de biotecnologia, em Valinhos (SP), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, disse que ainda aguardava a confirmação das novas tarifas para se posicionar. De qualquer modo, ressaltou que a relação entre Brasil e EUA é bicentenária e envolve uma colaboração mútua. "Exportamos US\$ 40,2 bilhões para os EUA, e eles exportam para nós até um pouco mais: R\$ 40,5 bilhões. Então (a balança comercial), é equilibrada, é um ganha-ganha, e eles têm até um pequeno superavit com o Brasil", frisou.

Alckmin disse acreditar no diálogo entre os dois países e relembrou um caso semelhante ocorrido há sete anos. "Isso já aconteceu antes, mas foram estabelecidas cotas. Quem tem mais competitividade consegue colocar mais e melhor os seus

AFP



» **Canadá e México também são afetados**

O decreto assinado por Trump impacta, também, as exportações de Canadá e México para os Estados Unidos. Juntos, os dois países respondem por cerca de 40% das importações de aço dos EUA. "Hoje, estou simplificando nossas tarifas sobre aço e alumínio", disse Trump, no Salão Oval, ao assinar os decretos. "São 25%, sem exceções ou isenções", enfatizou.

O presidente dos EUA, Donald Trump, na assinatura do decreto: "São 25%, sem exceções ou isenções"



(A balança comercial) é equilibrada, é um ganha-ganha, e eles têm até um pequeno superavit com o Brasil"

Geraldo Alckmin,
vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em declaração antes da assinatura do decreto por Trump

produtos em benefício da população", completou.

As cotas mencionadas por Alckmin foram estabelecidas em 2018, pelo próprio Trump, durante o primeiro mandato do republicano. Na ocasião, os EUA impuseram uma taxa de 25% sobre todas as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio, excluindo os vizinhos Canadá e México, dois dos principais fornecedores. Além disso, o país norte-americano permitiu que outras nações pedissem inclusão em uma lista de exceção.

O governo do então presidente Michel Temer fez a solicitação, e o pedido foi aprovado. Em seguida, os EUA estabeleceram um sistema de cotas para as exportações brasileiras, que permitia

a venda de produtos de aço ou alumínio semiacabados até que se atingisse um volume equivalente à média das exportações de 2015 a 2017. Para produtos acabados, o limite era 30% inferior à média das exportações no mesmo período.

Cotas

Trump ainda tentou aplicar a taxa integral sobre o aço brasileiro em outras duas oportunidades: em 2019 e em 2020. Na primeira, acusou o governo do então presidente Jair Bolsonaro de desvalorizar o real para estimular a compra de produtos brasileiros. Já na segunda vez, aumentou as restrições sobre as cotas de exportação dos produtos

brasileiros, reduzindo em cerca de 80%. Nas duas ocasiões, houve negociação para evitar a elevação das tarifas.

No ano passado, as vendas de aço do Brasil para os EUA superaram o fornecimento do produto pelo México. Com isso, o país assumiu o segundo lugar como principal exportador da matéria-prima para os EUA, atrás somente do Canadá. Em 2023, os norte-americanos adquiriram 18% de todo o ferro fundido, ferro e aço vendido pelo Brasil ao exterior, de acordo com dados do governo federal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também manteve, durante a manhã de ontem, a posição de não comentar

o assunto até que houvesse a confirmação. "Vamos aguardar a orientação do presidente da República depois de as medidas efetivamente implementadas", disse, após encontro com o ministro João Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU).

O titular da Fazenda preferiu não adiantar se o governo deve implementar, de fato, a lei da reciprocidade, como havia dito Lula na semana passada. "Para nós, seria importante os Estados Unidos baixarem a taxa, e nós baixarmos a taxa. Mas se ele (Trump), ou qualquer país aumentar a taxa com o Brasil, nós iremos utilizar a reciprocidade", enfatizou Lula, na ocasião.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Negacionismos e perseguição pautam o Conselho de Medicina

Disponível na plataforma de streaming Netflix, o filme *Joy* se baseia na história real da criação da técnica de fertilização in vitro (FIV). A história de Louise Joy Brown, o primeiro bebê concebido por meio da técnica, nascido em 1978, é uma vitória contra o negacionismo. Dirigido por Ben Taylor, o longa mostra uma figura menos conhecida na história: a enfermeira e embriologista Jean Purdy. Interpretada por Thomasin McKenzie, ela se une ao fisiologista Robert Edwards (James Norton) e ao ginecologista Patrick Steptoe (Bill Nighy) na missão de criar a solução para a infertilidade.

Antes do marco histórico de 25 de julho de 1978, casais que enfrentavam dificuldades para conceber naturalmente encontravam poucas soluções eficazes. A jornada iniciou-se em 1969, quando Edwards fertilizou com sucesso um óvulo fora do útero, no Hospital Dr Kershaw's Cottage, em Manchester. Ao lado de Steptoe, eles implantaram embriões em 282 mulheres, mas as gestações não foram bem-sucedidas. Por essa razão, sofreram muitas críticas e quase

desistiram. Jean Purdy convenceu os dois cientistas a retomar as pesquisas.

O negacionismo na medicina quase sempre é fruto do status quo social, político e/ou científico. Desde o século XIX, movimentos contrários à vacinação já existiam, mas ganharam força no final do século XX, com a publicação (fraudulenta) do médico britânico Andrew Wakefield, em 1998, que associava a vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) ao autismo. O estudo foi desmentido, porém sua tese, até hoje, alimenta o movimento antivacina global.

A lobotomia promovida pelo neurologista Walter Freeman nos EUA, entre as décadas de 1930 e 1950, como um "tratamento" para doenças mentais, apesar da falta de evidências científicas sobre sua eficácia, causou danos devastadores. Durante décadas, empresas de tabaco financiaram pesquisas para desacreditar as evidências científicas que ligavam o cigarro ao câncer de pulmão e outras doenças.

Entre 1980 e 1990, cientistas como Peter Duesberg argumentaram que o

HIV não era a causa da aids, o que influenciou políticas públicas, especialmente na África do Sul. Ainda hoje, grupos alegam que a adição de flúor na água potável causa doenças graves, incluindo câncer e problemas neurológicos. A fluoretação reduz cáries e é segura.

Mais recentemente, durante a pandemia da covid-19, a cloroquina e a hidroxicloroquina foram promovidas como "tratamento precoce", sem base científica. Apesar de estudos demonstrarem sua ineficácia contra o vírus, médicos, políticos e até conselhos médicos, como o CFM (Conselho Federal de Medicina), no Brasil, defenderam seu uso, contribuindo para a desinformação e para a demora na adoção de medidas eficazes.

Caso Ligia Bahia

O negacionismo quase sempre vem acompanhado de perseguições aos cientistas e profissionais de saúde pública que o denunciam, como é o caso do processo judicial movido pelo CFM contra a médica sanitária e professora da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Ligia Bahia. O CFM alega que, em uma entrevista concedida ao canal O Conhecimento Liberta, em 2024, Ligia proferiu críticas consideradas ofensivas à entidade, especialmente em relação ao seu posicionamento durante a pandemia da covid-19. A ação judicial solicita uma indenização de R\$ 100 mil, retratação pública e a remoção do conteúdo do YouTube.

Ligia Bahia criticou o apoio do CFM ao uso de cloroquina, medicamento sem eficácia comprovada contra a covid-19, e a falta de incentivo à vacinação. Ela também questionou a postura do conselho em relação ao aborto legal, especialmente em casos de estupro. A ação movida pelo CFM provocou forte reação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), além de outras entidades, como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

O caso suscita um debate nos meios acadêmicos e científicos sobre o papel das entidades reguladoras em temas que

exigem mais excelência científica e menos interesses econômicos e políticos. O CFM tem sido alvo de críticas devido a decisões negacionistas e polêmicas. Durante a pandemia da covid-19, o CFM apoiou a autonomia médica para prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada contra o coronavírus, como a cloroquina e a ivermectina, um endosso ao chamado "tratamento precoce".

A polêmica Resolução nº 2.378/2024, do CFM, proíbe a realização de procedimentos para interrupção da gravidez após 22 semanas de gestação, mesmo nos casos previstos em lei, como em situações de estupro. A medida foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou haver indícios de abuso do poder regulamentar. Outra controvérsia envolveu a plataforma Atesta CFM, criada para a emissão de laudos médicos. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu a obrigatoriedade do uso dessa plataforma, por violar a competência da União e criar uma reserva de mercado.